

Política de Investimentos - Exercício 2015

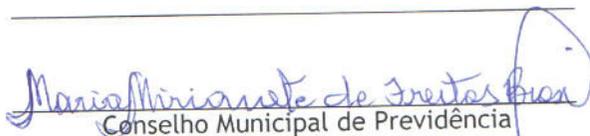
A Política de investimentos foi desenvolvida considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses e poderá, justificadamente, ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao comportamento da conjuntura do mercado ou a nova legislação.

As informações contidas na Política Anual de Investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do FUMPRESI aos seus segurados e pensionistas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua aprovação, através de publicação no site da Unidade Gestora ou em meio físico na sede da Unidade Gestora.

O responsável pela gestão dos recursos do FUMPRESI deverá ser pessoa física vinculada ao Ente Federativo e a Unidade Gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, apresentado formalmente designado para a função por ato da autoridade competente. Deverá ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

A Política de Investimentos do Fundo de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social de Itaú FUMPRESI foi aprovada através da resolução do Conselho Municipal de Previdência em 08 de DEZEMBRO de 2014.

Itaú -RN, 08 de dezembro de 2014.


Conselho Municipal de Previdência

Leonilde Maia Andrade

Ricardo Magno Barreto Nobre

Alexsandra F. M. Almeida

Francisca Elza da Silva

Política de Investimentos - Exercício 2015

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2014-2015

NOVEMBRO DE 2014



- 1 -

Política de Investimentos - Exercício 2015

1. INTRODUÇÃO

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial à Resolução CMN nº. 3.922, de 25 de Novembro de 2010, o Instituto de Previdência do Município de Itaú - FUMPRESI, está apresentando a versão de sua Política de Investimentos para o ano de 2014, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do FUMPRESI utilizada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos no período de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Algumas medidas fundamentam a confecção desta Política, sendo que a principal a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. OBJETIVO

A Política de Investimentos do FUMPRESI tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial e experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos de baixo risco.

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos normativos da Resolução nº 3922/10.



Política de Investimentos - Exercício 2015

3. ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos em moeda corrente do FUMPRESI são originários das contribuições dos servidores e do ente, podendo ser normal e complementar, além dos aportes financeiros, das contribuições parceladas e das compensações previdenciárias, descontadas as despesas administrativas.

4. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

4.1 Cenário Macroeconômico

Para embasar as decisões de investimento será elaborado cenário macroeconômico com revisão trimestral das seguintes premissas:

- Crescimento econômico - PIB nacional e internacional;
- Previsão da Taxa SELIC - final do período;
- Previsão da Taxa SELIC - média;
- Inflação (IPCA);
- Níveis possíveis de juros reais;
- Taxa de câmbio; e
- Possibilidades de investimento em renda fixa e em renda variável.

4.1.1 Economia Internacional

O panorama para o cenário internacional, passa, necessariamente, pela avaliação da capacidade de recuperação dos principais agentes da economia mundial.

Com relação aos Estados Unidos, espera-se que o crescimento lentamente, mas com robustez, podendo esperar alguma aumento de inflação, que poderá gerar um aumento de taxa de juros que poderá afetar o fluxo de dólar no Brasil. Estimativas do mercado apontam que a primeira alta da taxa de juros deverá ocorrer em meados de 2015. Esta taxa será também influenciada pelo ritmo de crescimentos econômico americano.

Na Europa, espera-se ainda um crescimento instável, principalmente de suas principais economia



Política de Investimentos - Exercício 2015

Alemanha, França e Itália, porém vindo de dois anos sem crescimento, crescerá em 2014 e continuará em 2015. A inflação continuará muito baixa e com juros próximo a zero, sendo considerado pelos analistas como a maior de todas as ameaças atualmente existentes para economia mundial, podendo a economia europeia entrar na terceira recessão econômica nos últimos seis anos.

A China, deve continuar crescendo, porém em patamares menores que nos últimos anos. Esta desaceleração se explica em parte pelos contratemplos inesperados e dolorosos provocados pelas reformas estruturais em curso, tendo o governo chinês objetivo de reequilibrar o modelo econômico, reduzindo o monopólio dos grandes grupos públicos e as sobrecapacidades industriais, dando um papel maior ao setor privado e reduzindo a dívida privada.

Segue quadro de comparação:

| | 2004-2007 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| EUA | 2,9 | 2,3 | 2,2 | 2,2 | 3,0 |
| Zona do Euro | 2,5 | -0,6 | -0,4 | 0,7 | 1,0 |
| China | 12,1 | 7,8 | 7,7 | 7,4 | 7,0 |
| Mundo | 5,1 | 3,2 | 3,0 | 3,1 | 3,4 |

4.1.2 Economia Nacional

Depois de uma campanha extraordinariamente acirrada, uma vitória por margem estreita. Assim a presidente Dilma Rousseff chega a seu segundo mandato. A diferença de apenas três pontos porcentuais é a menor desde que o PT chegou ao poder, em 2002.

A vitória apertada prenuncia um segundo mandato muito mais difícil. Terá agora de enfrentar uma oposição revigorada e o cenário desolador de recessão técnica com inflação em alta.

No primeiro mandato, Dilma deixou sua marca criando a chamada “Nova Matriz Econômica”, um conjunto de práticas intervencionistas em substituição às políticas de estabilidade implementadas no Plano Real e

Política de Investimentos - Exercício 2015

das quais seu antecessor se ancorou. Como resultado, o país colheu inflação acima da meta e estagnação econômica.

Há um caminho para que faça um segundo mandato à altura do Brasil. Para isso, ela deve interpretar o resultado da eleição como prova de que duas agendas precisam ser tocadas em paralelo: a das políticas de assistência social e a da modernização da economia.

Devemos lembrar que a conjuntura interna não traz facilidades. É notório que teremos de lidar com problemas como a inevitável alta das tarifas de energia e do preço da gasolina, represadas até então. A inflação dos preços administrados volta com força em 2015 e deve superar a alta dos preços livres, o que não ocorre desde 2009. No âmbito externo, a lenta recuperação da economia global traz dificuldades adicionais.

Aos percalços da economia vão se somar dificuldades no Congresso. Embora os partidos que apoiam formalmente sua reeleição componham a maioria das duas Casas - 296 deputados e 53 senadores -, a oposição renasce fortalecida: um PSDB revitalizado somará forças com um PSB ressurgido das cinzas de Eduardo Campos, que terá sete cadeiras no Senado e 34 na Câmara. A principal trincheira da oposição será o Senado, onde o governo não terá ascendência sobre um terço da Casa e as bancadas de oposição terão a presença de nomes de peso, como os ex-governadores tucanos José Serra (SP), Antonio Anastasia (MG) e Tasso Jereissati (CE), o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) e o próprio adversário de Dilma na reta final da eleição, Aécio Neves (PSDB). Na Câmara, PT e PMDB continuam com as maiores bancadas, mas encolheram em relação à eleição de 2010. Uma novidade saída das urnas foi a pulverização de deputados eleitos por siglas que formarão um “centrão” - como PSD, Pros, PR, PTB, PSC, por exemplo -, que podem votar conforme os interesses do Palácio do Planalto, mas cujo alinhamento não é automático e deverá passar pela barganha de cargos na máquina. Outra constatação: nas duas Casas, o governo Dilma se tornará ainda mais dependente do PMDB, que terá, por exemplo, dezoito senadores, e manterá a presidência tanto do Senado quanto da Câmara. Neste último caso, a provável vitória do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para comandar a Casa deverá ser outra dor de cabeça para Dilma: no primeiro mandato, ele foi um dos articuladores das rebeliões na base governista. Cunha deve substituir outro deputado descontente com o PT, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que atribui ao apoio de Lula a subida nas pesquisas de seu adversário na disputa pelo governo do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, do PSD.

4.1.3 Projeções para 2015

Política de Investimentos - Exercício 2015

O cenário para o ano de 2015 não é nada animador. Do lado externo, as principais economias do planeta concentram seus esforços na estabilização de seus mercados. Apesar de não enxergarmos, por ora, um quadro recessivo na economia mundial, a recuperação é lenta e os efeitos dos estímulos se darão no longo prazo. Com isso, espera-se que os preços das commodities mantenham-se pressionados pela demanda enfraquecida, o que é uma má notícia para o Brasil, tradicional exportador mundial de commodities metálicas e agrícolas. O resultado disso é que a balança comercial vem registrando resultados pífios, com o mercado projetando fechar o ano de 2014 com saldo de US\$ 2,1 bilhões.

Do lado doméstico, temos sérios problemas a serem resolvidos. O modelo econômico adotado pelo governo FHC, baseado no tripé “responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação e câmbio flutuante”, que deu estabilidade e confiança a economia brasileira, foi aos poucos abandonado e por fim substituído pela denominada “nova matriz econômica”, caracterizada por expansão fiscal, crédito abundante a juros subsidiados e taxa de câmbio controlada. O resultado foi que o país pouco cresceu, a inflação fugiu ao controle, e as finanças públicas entraram em rota de insustentabilidade. As famílias, incentivadas ao consumo, estão endividadas, e a inflação alta não incentiva o consumidor a tomar mais crédito. O governo insiste em afirmar que o problema da economia é de demanda, o que pode colocar a economia em um círculo vicioso.

Do lado da oferta, as perspectivas não são animadoras. O setor industrial opera em ritmo lento e o Índice de Confiança da Indústria está nos menores níveis observados em 2009. O baixo investimento em infraestrutura, notadamente pelo setor público, desestimula o setor produtivo.

A inflação deverá permanecer pressionada nos primeiros meses do ano, devido à baixa oferta de produtos, além da pressão exercida pelos preços administrados. A estiagem prolongada reforça um quadro ruim e encarecem o item relativo aos alimentos, que exerce grande peso nos índices. O IPCA continuará batendo o teto da meta da inflação estabelecida, de 6,50% ao ano. Isto forçou a autoridade monetária, na penúltima reunião anual do COPOM, a elevar a Selic - taxa básica de juros da economia para 11,25% ao ano, em decisão dividida (5 votos a favor da elevação e 3 votos favoráveis a manutenção). De certo modo, a decisão surpreendeu o mercado, que esperava manutenção da taxa em 11,00% ao ano, e novas elevações somente a partir de 2015. O objetivo é sinalizar ao mercado o compromisso de fazer a inflação convergir aos poucos para o centro da meta, de 4,50% ao ano. Além disso, um aumento dos juros nos EUA cada vez mais próximo fatalmente forçará novos aumentos na Selic no futuro para conter a fuga de capitais do país e os efeitos negativos de uma desvalorização cambial.

Política de Investimentos - Exercício 2015

Somados, todos esses fatores refletem no baixo crescimento da economia. O mercado estima que o PIB se expandirá abaixo de 0,3% em 2014, e não muito mais do que 0,80% no próximo ano. Em meio a tudo isso, as agências de classificação de riscos Fitch e Standard & Poor's estão atentas aos próximos passos do governo na área econômica, para avaliar as perspectivas de rating. A Fitch divulgou relatório informando que a capacidade das autoridades brasileiras em combater os desequilíbrios econômicos e fiscais do país será crucial para a avaliação do rating soberano.

De concreto, ainda não é possível vislumbrar um cenário que permita fazer projeções precisas. Mas dá para imaginar que será mais um ano desafiador para se obter rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tanto no mercado de renda fixa quanto no mercado de renda variável.

Projeção de indicadores macroeconômicos para exercício de 2015:

| Projeções Macroeconômicas BRASIL 2015 | | | |
|--|------------|----------|----------|
| Variáveis | Pessimista | Provável | Otimista |
| PIB (% de crescimento real) | 0,50 | 0,80 | 1,00 |
| IPCA | 7,00 | 6,42 | 5,50 |
| IGP-M | 6,90 | 5,54 | 4,90 |
| Taxa de Câmbio final (R\$/US\$) | 2,80 | 2,60 | 2,25 |
| Taxa Selic (final do ano) | 13,20 | 12,00 | 11,00 |
| Taxa Selic (média do ano) | 12,75 | 11,97 | 11,25 |
| Taxa de Juros Real (deflacionado IPCA) | 5,65 | 5,24 | 5,21 |

Fonte: Relatório Focus (BCB) 25/10/13 / ARIMA

5. MODELO DE GESTÃO

O FUMPRESI adota o modelo de Gestão Própria, previsto na Resolução CMN nº 3922/10.

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do FUMPRESI, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência, conforme exigência da Portaria 519/11, que para tanto irá gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações.

O FUMPRESI tem ainda a possibilidade de contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução 3922/10 e pela Portaria MPS nº 519, com suas alterações, para

Política de Investimentos - Exercício 2015

orientação em relação ao seu portfólio, avaliação e emissão de nota técnica correlata aos seus investimentos e principais riscos ao qual está exposto.

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do FUMPRESI, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas principalmente, no longo prazo.

6. METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O comitê de investimento irá credenciar as instituições financeiras interessadas em receber aplicações de recursos do FUMPRESI estão obrigadas a se credenciar junto à Unidade Gestora obedecendo ao “Regulamento para Credenciamento de Instituições Financeiras, Sociedades Corretoras e Distribuidoras, Gestora e Administradora de Títulos e Valores Mobiliários e seus produtos” disponibilizado no site do FUMPRESI.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do FUMPRESI.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (nacional e internacional) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

- As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos deverão acontecer de forma indireta, ou seja, via cotas de fundos investimentos.

A definição dos fundos de investimentos de renda fixa abertos e das instituições intermediadoras que receberão os recursos do FUMPRESI se darão, pelo Comitê de Investimento, que deverá se reunir trimestralmente para definir quais fundos serão aplicados no próximo trimestre, preferencialmente, pelos classificados como de baixo risco de crédito, ou seja, aqueles enquadrados como “*Investment Grade*”, fundamentadas em classificações de risco (*rating*) no mínimo “BBB+” conferidas preferencialmente pelas seguintes agências:

Política de Investimentos - Exercício 2015

- Standards Poors;
- Moody's
- Fitch IBCA
- Atlantic Rating
- SR Rating

7. LIMITAÇÕES

Serão observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma:

- O limite e o segmento de aplicação permitida pela respectiva Política de Investimento obedecerá o que consta nas subseções I, II e III, da Seção II, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.
- O limite geral desta Política de Investimento obedecerá ao que consta na subseção I, da Seção III, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

8. RESTRIÇÕES

A vedação desta Política de Investimento obedecerá ao que determina na subseção VI, da Seção IV, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

- Risco de Mercado - é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro, corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de

Política de Investimentos - Exercício 2015

juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

- Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.
- Risco de Descasamento (Ativo/Passivo) - para que os retornos esperados se concretizem é necessário o acompanhamento do desempenho das aplicações selecionadas pelos Gestores do FUMPRESI. Para tanto, a empresa de consultoria fará a medição dos resultados, utilizando as informações atuariais para o casamento entre o passivo e o ativo, priorizando a liquidez, risco e retorno dos investimentos do FUMPRESI

10. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

10.1 Segmentos de Aplicação

Esta Política de Investimentos é determinada em concordância com a Resolução do CMN n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, e prevê os seguintes segmentos de atuação:

- Segmento de Renda Fixa;
- Segmento de Renda Variável; e
- Imóveis.

As aplicações nos fundos de investimentos devem obedecer a seguinte composição de títulos, conforme os cenários desenhados:

CENÁRIOS 2015

Política de Investimentos - Exercício 2015

| TIPO | VARIÁVEIS | BENCHMARK | Pessimista | Provável | Otimista |
|--------------------|---------------|-----------|----------------|----------------|----------------|
| TÍTULO PÚBLICO | LFT | IMA-S | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| | LTN | IRF-M | 50,00% | 35,00% | 25,00% |
| | NTN-B | IMA-B | 20,00% | 35,00% | 45,00% |
| TOTAL | | | 70,00% | 70,00% | 70,00% |
| RENDA FIXA | CDI | - | 30,00% | 30,00% | 30,00% |
| TOTAL | | | 10,00% | 10,00% | 10,00% |
| RENDA VARIÁVEL | Ações | Ibovespa | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| | Participações | - | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| | Imobiliário | - | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| | Multimercado | - | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL | | | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL GERAL | | | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

10.2 Objetivos da Alocação dos Recursos

O objetivo é garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do FUMPRESI obedecendo a seguinte meta:

- Meta atuarial: 6% ao ano + inflação (IPCA) projetada para 2014 de 6,42% ao ano, totalizando uma rentabilidade anual de 12,57%;
- Meta de serviço passado: 2,85% ao ano;
- Meta de déficit atuarial passado: 6,65% ao ano; e
- Meta para atingir limite mínimo de contribuição: 0,55% ao ano.

A primeira meta é definida como a meta necessária para que não seja gerado déficit atuarial em virtude das aplicações.

A segunda meta tem como objetivo pagar o déficit atuarial existente em virtude da não fundação por completo a ser realizada pela Compensação Previdenciária a receber do INSS.

A terceira é referente ao déficit atuarial já existente devido a vários motivos explicados na DRAA.

A quarta tem como objetivo atingir a contribuição mínima patronal de 11%.

Política de Investimentos - Exercício 2015

Devido, a meta de investimento, que é composta pela soma das quatro submetas, ser difícil atingir, foi escolhido a meta atuarial e a sub meta de serviço passado como a meta parra 2015, sendo de **13,13% ao ano**.

10.3 Faixas de Alocação de Recursos

Os quadros abaixo demonstram os limites mínimos e máximos por tipo de ativo, respeitando as limitações legais.

| RENDA FIXA | | | | |
|---|-----------------------------------|----------|---------------|---------------|
| TIPO | Enquadramento - Resolução 3922/10 | | Alocação (%) | |
| | Legal | % Máximo | LIMITE MÁXIMO | LIMITE MÍNIMO |
| Títulos Públicos | Art. 7º, Inciso I, "a" | 100,00% | 60,00% | 0,00% |
| FI e FIC 100% TP | Art. 7º, Inciso I, "b" | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| Compromissadas | Art. 7º, Inciso II | 15,00% | 0,00% | 0,00% |
| FI Renda Fixa ou Referenciado - IMA ou Idka | Art. 7º, Inciso III | 80,00% | 60,00% | 0,00% |
| FI Renda Fixa ou Referenciado - Aberto | Art. 7º, Inciso IV | 30,00% | 30,00% | 0,00% |
| Poupança | Art. 7º, Inciso V | 20,00% | 0,00% | 0,00% |
| FIDC - Aberto | Art. 7º, Inciso VI | 15,00% | 15,00% | 0,00% |
| FIDC - Fechado | Art. 7º, Inciso VII | 5,00% | 5,00% | 0,00% |
| FI Renda Fixa Crédito Privado | Art. 7º, Inciso VII, "a" | 5,00% | 5,00% | 0,00% |

Política de Investimentos - Exercício 2015

| RENDA VARIÁVEL | | | | |
|---|--|-----------------|----------------------|----------------------|
| TIPO | Enquadramento - Resolução 3922/10 | | Alocação (%) | |
| | Legal | % Máximo | LIMITE MÁXIMO | LIMITE MÍNIMO |
| FIA referenciado em Ibovespa, IBrX e IBrX50 | Artigo 8º, Inciso I | 30,00% | 25,00% | 0,00% |
| ETF referenciado em Ibovespa, IBrX e IBrX50 | Artigo 8º, Inciso II | 20,00% | 15,00% | 0,00% |
| FIA que compra ETF | Artigo 8º, Inciso III | 15,00% | 15,00% | 0,00% |
| FI - Multimercado - Aberto | Artigo 8º, Inciso IV | 5,00% | 5,00% | 0,00% |
| FI - Participações | Artigo 8º, Inciso V | 5,00% | 5,00% | 0,00% |
| FI - Imobiliário | Artigo 8º, Inciso VI | 5,00% | 5,00% | 0,00% |

| IMÓVEIS | | | | |
|---|--|-----------------|----------------------|----------------------|
| TIPO | Enquadramento - Resolução 3922/10 | | Alocação (%) | |
| | Legal | % Máximo | LIMITE MÁXIMO | LIMITE MÍNIMO |
| Integralização de Imóveis em cotas de Fundos Imobiliários | Artigo 9º | - | 0,00% | 0,00% |

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Política de Investimentos e suas revisões são de competência da Diretoria Executiva que, após elaboração, deverá solicitar aprovação ao Conselho Municipal de Previdência, conforme o artigo 5º da Resolução nº 3.922/2010.

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesse documento, e que não estiverem de acordo com as diretrizes de investimentos ou em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Municipal de Previdência para avaliação.